



MUNICÍPIO DE TAIACU

RUA RAUL MAÇONE, Nº 306 – CENTRO
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 44.544.690/0001-15

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Demandante: SETOR DE SERVIÇOS URBANOS	
Responsável pela demanda: JOSE ANTONIO DALOSSO NETO	Matrícula: 8640
E-mail: almoxarifado@taiacu.sp.gov.br	Telefone: (16) 3275-6400
Data: 19/01/2026	

1. Objeto

AQUISIÇÃO DE LASCAS E MOURÕES DE EUCALIPTO TRATADO.

2. Descrição do objeto

ITEM	QUANT	UN.	DESCRIÇÃO
1	40	UN	MOURAO ROLICO EUCALITTO TRATADO 17 CM/20 CM – 2,50 m x 17 cm x 20 cm (CxLxA).
2	550	UN	LASCA EUCALITTO TRATADO 08 CM/11CM – 2,20 m x 08 cm x 11 cm (CxLxA).

3. Justificativa da necessidade do objeto

3.1. A presente aquisição de lascas e mourões destina-se à execução de serviços de cercamento ao longo das estradas rurais (TAI-020/TAI-138 e TAI-156/TAI-138) contempladas pelo Convênio “Cidadania no Campo – Rotas Rurais”, firmado entre o Município de Taiaçu e o Governo do Estado de São Paulo, cujo objeto é a melhoria da infraestrutura viária rural, visando garantir melhores condições de trafegabilidade, segurança e acessibilidade à população do meio rural.

3.2. Os materiais solicitados serão utilizados na implantação e recomposição de cercas laterais nas margens das estradas vicinais beneficiadas, com a finalidade de delimitar a faixa de domínio público, evitar a invasão de animais nas pistas, prevenir danos às propriedades lindeiras e reduzir riscos de acidentes envolvendo veículos, pedestres e animais.

3.3. A instalação das cercas também se mostra necessária para preservar as obras executadas no âmbito do referido convênio, uma vez que o controle do acesso de animais e a definição dos limites das estradas contribuem para a durabilidade do pavimento, das obras de drenagem e dos dispositivos de contenção, além de minimizar processos de erosão e degradação das margens.



MUNICÍPIO DE TAIACÚ

RUA RAUL MAÇONE, Nº 306 – CENTRO
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 44.544.690/0001-15

3.4. Ressalta-se que o Município não dispõe, em seu estoque, de quantidade suficiente de lascas e mourões para atender à demanda gerada pelas intervenções previstas no Convênio “Cidadania no Campo – Rotas Rurais”, tornando imprescindível a aquisição dos referidos materiais para o fiel cumprimento do objeto pactuado.

3.5. Dessa forma, a aquisição pretendida revela-se indispensável ao interesse público, estando diretamente vinculada às metas e etapas físicas do convênio, contribuindo para a adequada execução das obras, para a segurança dos usuários das vias rurais e para a valorização da infraestrutura rural do Município de Taiacú.

4. Previsão de data em que deve ser adquirido o objeto

4.1. Imediato

5. O objeto a ser adquirido está previsto no Plano de Contratação Anual?

(x) Sim () Não

6. Justificativa para dispensa de ETP

6.1. Considerando a baixa complexidade do objeto da contratação fica dispensada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, conforme inciso I, artigo 33 do Decreto Municipal 1.656 de 11 de janeiro de 2024.

7. Modelo de execução do objeto

7.1. Os materiais deverão ser entregues diretamente no Almoxarifado Municipal, localizado na Rua Raul Maçone, nº 306, Fundos, nos dias úteis, das 7h às 11h e das 13h às 16h, correndo por conta da empresa vencedora todas as despesas de embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, além de outras decorrentes do fornecimento.

7.2. O prazo de entrega é de até 10 (dez) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento.

7.3. A empresa vencedora deverá entregar os materiais, na quantidade total contida na respectiva ordem de fornecimento, ficando vedado o acúmulo de pedidos para entrega posterior.

7.4. A empresa vencedora deverá constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente ordem de fornecimento, atentando-se para as inexatidões que poderá decorrer de eventuais arredondamentos.

7.5. Os materiais serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e, em definitivo, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da entrega.



MUNICÍPIO DE TAIACU

RUA RAUL MAÇONE, Nº 306 – CENTRO
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 44.544.690/0001-15

7.6. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se imediata comunicação escrita ao fornecedor.

7.7. Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado ou foi entregue quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização notificará por escrito a empresa vencedora para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar eventuais quantidades faltantes.

7.8. Se a empresa não substituir ou complementar o produto entregue em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, o responsável encaminhará a nota fiscal para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, com vista à glosa do valor do produto recusado ou não entregue, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

7.9. A empresa vencedora garantirá a qualidade de cada item fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão do transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.

8. Critérios de medição e de pagamento

8.1. No valor estará incluída todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4. O pagamento será efetuado no **prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

8.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a Administração atestar a execução do objeto do contrato.

8.6. No caso de atraso pelo Município, os valores devidos à empresa vencedora serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE.



MUNICÍPIO DE TAIACU

RUA RAUL MAÇONE, Nº 306 – CENTRO
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 44.544.690/0001-15

8.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados da empresa e do órgão;
- IV - o período respectivo de execução da contratação;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração;

8.9. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line*, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.11. Constatando-se, a situação de irregularidade da empresa vencedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.,

8.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da empresa vencedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE TAIAÇU

RUA RAUL MAÇONE, Nº 306 – CENTRO
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 44.544.690/0001-15

8.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9. Forma e critérios de seleção do prestador

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de dispensa por limite, com adoção do critério de julgamento de menor preço unitário.

10. Estimativa do valor da contratação

10.1. O custo estimado da aquisição é de R\$ 18.691,93 (dezoito mil, seiscentos e noventa e um reais, e noventa e três centavos).

10.2. O valor estabelecido como referência e como valor máximo para aquisição foi obtido através de cotação junto a empresas do ramo conforme considera o art. 23, §1º inciso IV da Lei 14.133/2021.

10.3. Inciso IV: Permite a formação de um valor estimado de referência mais realista e alinhado aos preços praticados no mercado, evitando tanto a contratação por valores excessivos quanto a frustração do certame por estimativas subavaliadas. Além disso, essa comparação entre propostas de fornecedores distintos contribui para a verificação da compatibilidade técnica dos produtos ou serviços ofertados, aumentando a segurança na definição do objeto da contratação.

10.4. A escolha dos fornecedores para o envio das solicitações de orçamento recaiu sobre empresas que já prestaram serviços em outras ocasiões ao Município e que, igualmente, manifestaram interesse em participar de outras licitações ou contratações por dispensa.

Responsável pela Formalização da Demanda

Nome: Jose Antonio Dalosso Neto

Matrícula: 8640

Função: Chefe de Serviços Urbanos

Assinatura: